

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

**REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	12
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	14



Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Negócios

As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades de seus clientes corporativos e institucionais por meio de sua plataforma CIB (*Corporate & Institutional Banking*), colocando à disposição de seus clientes a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém também o controle do capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do País.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com contínua oferta de crédito, produtos de tesouraria e prestação de serviços especializados como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, e apoio ao comércio exterior com acesso a mercados internacionais. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 77,49 milhões versus um prejuízo líquido de R\$ 79,00 milhões no exercício de 2024. A posição de capital do banco permanece sólida e com Índice de Basileia de 19,8%.

Gestão de Pessoas

O Banco tem como proposta de valor para suas pessoas colaboradoras promover igualdade de oportunidades, desenvolvimento contínuo e fomentando mobilidade interna. Para isso, oferece um pacote competitivo de remuneração e benefícios, e mantém programas de estímulo à formação e aprimoramento profissional, incluindo aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais, subsídio à pós-graduação, obtenção de certificações, programas de formação de liderança, *Graduates* (programa de trainees para recém-formados); programas de mentoria com foco em populações subrepresentadas, oferta de vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos e de emprego para pessoas com deficiência. Além disso, o Banco patrocina o *DnA Women*, um programa de formação profissional focado na entrada de mulheres no mercado financeiro, realizado em conjunto com outros bancos internacionais, que completa sua sétima edição em 2025.

Política de Equidade

O BNP Paribas se compromete a promover a equidade de gênero em todas as áreas de sua atuação, garantindo igualdade de oportunidades e tratamento para todas as pessoas colaboradoras, independentemente de gênero. Nosso objetivo é criar um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, onde todos possam se desenvolver e contribuir para o sucesso da empresa.

Nossa política de equidade de gênero é baseada em princípios de igualdade, justiça e respeito, e visa promover a diversidade e a inclusão em todos os níveis da organização. Nos comprometemos a garantir que todas as pessoas colaboradoras sejam tratadas com dignidade e respeito, e que não haja discriminação ou assédio de qualquer tipo.

Implementamos medidas para prevenir a discriminação, o assédio e o viés de gênero, e oferecemos treinamento e conscientização para garantir que todas as pessoas colaboradoras entendam a importância da equidade de gênero. Nossa política de equidade de gênero é parte integrante de nossa estratégia de responsabilidade social corporativa e de nosso compromisso com a igualdade e a justiça em todas as áreas de nossa atuação.

Lei Nº 15.177/2025 e Conformidade

Em atendimento à Lei Nº 15.177/2025, apresentamos os requisitos obrigatórios estabelecidos pela legislação.

Quantidade e Proporção de Mulheres Ativas em 2025

Nível	Qtde. Mulheres	Proporção de Mulheres
Operacional	166	55%
Técnico	58	39%
Gerencial	88	40%

Quantidade e Proporção de Mulheres em Cargos Estatutários em 2025

Cargo	Qtde. Mulheres	Proporção de Mulheres
Diretoria	4	44%



Remuneração (Fixa, Variável e Eventual) Paga a Mulheres em 2025⁽¹⁾

Abaixo, o percentual que expressa a Remuneração Mensal Média na razão M/H, com base no último relatório de transparência salarial (junho de 2025), conforme metodologia do Ministério do Trabalho e Emprego. Importante observar que o cálculo expressa as médias com base em toda a população à data do relatório e não uma comparação direta por posição.

Indicador	Razão M/H
Remuneração Mensal Média ⁽²⁾	71,3%

- (1) Fonte: Último relatório de transparência salarial (junho de 2025), Relatório de Transparência Salarial - Ministério do Trabalho e Emprego (eSocial e Portal Emprega Brasil, disponível em: <https://brasil.bnpparibas/app/uploads/sites/7/2025/09/relatorioigualdadesalariallote-2025-2-1522368000182.pdf>).
- (2) Remuneração Mensal Média - considera toda sorte de valores que remuneram o trabalho realizado, soma todas as remunerações a valores de junho de 2025 e divide pelo número de empregados. Fonte: Relatório de Transparência Salarial - Ministério do Trabalho e Emprego (eSocial e Portal Emprega Brasil, disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/relatorio-igualdade>).

Finanças Sustentáveis e Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas reafirma seu compromisso público em promover uma economia mais sustentável e inclusiva, destacando-se por uma atuação forte e pioneira, e por sua governança robusta para apoiar a estratégia de sustentabilidade. Além de contar com políticas de Responsabilidade Social Corporativa, que direcionam as suas atividades e negócios, o Grupo possui compromissos como o de alinhar os seus portfólios às metas Net Zero até 2050. Em 2025, o BNP Paribas recebeu um duplo reconhecimento pelo International Financing Review (IFR), tendo sido nomeado como melhor banco em finanças sustentáveis globalmente, e na região das Américas. A conquista reforça a estratégia do Banco em oferecer produtos e serviços que apoiem os seus clientes na transição para uma economia sustentável e de baixo carbono.

A Diretoria



Aos Administradores e Acionistas do
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e de suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DE DETERMINADOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos, que incluem premissas como curvas futuras de taxas de juros, de câmbio, de índices de preços, e de rendimento. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação com base em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros derivativos são representados substancialmente por swaps, operações a termo e opções.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento dos processos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco; (c) recálculo independente, com o apoio dos nossos especialistas de precificação e em base amostral, dos cálculos de mensuração do valor justo; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para mensurar o valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.109.758	4.136.779
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Instrumentos de dívida	6	4.414.004	4.565.436
Derivativos	7	10.631.446	10.921.554
Operações de crédito a instituições financeiras	10	194.296	734.496
Operações de crédito a clientes	11	382.723	1.512.431
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	9	5.867.796	5.861.718
Provisão para perda esperada		(10.595)	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Instrumentos de dívida	6	1.171.610	1.297.360
Operações de crédito a instituições financeiras	10	2.061.581	478.619
Operações de crédito a clientes	11	9.002.565	11.001.495
Outros ativos financeiros	15	370.288	171.558
Provisão para perda esperada		(202.085)	(192.610)
Ativos fiscais correntes e diferidos	12	1.325.689	1.490.118
Outros ativos	16	999.658	973.647
Ativo imobilizado	13	51.081	65.438
Ativo intangível	14	14.123	15.926
TOTAL DO ATIVO		<u>44.383.938</u>	<u>43.033.965</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 8



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros	6	2.350.104	2.551.114
Derivativos	7	10.434.170	10.565.272
Depósitos	18	-	909.813
Títulos de dívida emitidos	19	1.031.500	692.726
Obrigações por empréstimos e repasses	20	-	8.946.902
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Depósitos	18	15.155.736	12.119.342
Títulos de dívida emitidos	19	263.920	88.212
Obrigações por empréstimos e repasses	20	7.639.237	1.231.413
Outros passivos financeiros		32.010	50.071
Provisões			
Provisões para processos judiciais e administrativos e outras provisões	21	894.867	918.234
Provisões para perdas esperadas	21	2.578	4.025
Passivos fiscais correntes e diferidos	12	485.935	360.977
Outros passivos	22	1.422.915	840.441
TOTAL DO PASSIVO		<u>39.712.972</u>	<u>39.278.542</u>
Capital social		3.532.093	2.759.093
Reserva de lucros		1.074.753	1.089.156
Outros resultados abrangentes acumulados		53.164	(103.302)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	23	<u>4.660.010</u>	<u>3.744.947</u>
Participações de acionistas não controladores		10.956	10.476
Total do patrimônio líquido		<u>4.670.966</u>	<u>3.755.423</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>44.383.938</u>	<u>43.033.965</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 9



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Receitas de juros e similares	24	3.658.035	3.294.814
Despesas de juros e similares	24	(2.322.850)	(2.142.918)
Receita líquida de juros		1.335.185	1.151.896
Perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes	11	(18.623)	27.471
Margem financeira após as perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes		1.316.562	1.179.367
Receitas de serviços e comissões	25	403.205	450.017
Despesas de serviços e comissões	25	(6.189)	(243.553)
Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros	26	(1.747.608)	1.744.522
Resultado de variação cambial	27	1.531.050	(1.830.309)
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28	(126.320)	(70.460)
Outras receitas operacionais	29	688.640	329.966
Receita líquida/margem operacional		2.059.340	1.559.550
Despesas de pessoal	30	(791.079)	(717.781)
Depreciação e amortização	13, 14 e 31	(43.964)	(44.825)
Outras despesas operacionais	32	(963.007)	(968.017)
Lucro/(Prejuízo) líquido operacional antes de imposto de renda e contribuição social		261.290	(171.073)
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(41.739)	(6.684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	(111.177)	33.116
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		108.373	(144.641)
Atribuível:			
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores		107.210	(145.323)
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas não controladores		1.163	682

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	108.373	(144.641)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	124.865	(158.038)
Variação de valor justo	332.745	(371.668)
Ganhos/(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	(105.717)	84.327
Efeito fiscal	(102.163)	129.303
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Outros	31.601	-
Variação de valor justo decorrente do risco de crédito próprio (DVA)	57.456	-
Efeito fiscal	(25.855)	-
Outros resultados abrangentes do ano	156.466	(158.038)
Total do resultado abrangente	264.839	(302.679)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	263.676	(303.361)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	1.163	682

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 11



BNP PARIBAS

**O banco
para um mundo
em mudança**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros/ (Prejuízo) acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.755.679	1.177.887	54.736	12.503	4.000.805	10.907	4.011.712
Incorporação da Cetelem América Ltda.		3.414	44.089	-	-	47.503	-	47.503
Total do resultado abrangente								
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	(145.323)	(145.323)	682	(144.641)
Outros resultados abrangentes		-	-	(158.038)	-	(158.038)	-	(158.038)
Destinações:								
Outras reservas		-	(53.509)	-	53.509	-	-	-
Reserva estatutária		-	(79.311)	-	79.311	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos		-	-	-	-	-	(1.113)	(1.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.759.093	1.089.156	(103.302)	-	3.744.947	10.476	3.755.423
Aumento de capital	23	773.000	-	-	-	773.000	-	773.000
Total do resultado abrangente								
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	107.210	107.210	1.163	108.372
Outros resultados abrangentes		-	-	156.466	-	156.466	-	156.466
Destinações:								
Reserva legal		-	3.874	-	(3.874)	-	-	-
Outras reservas		-	29.723	-	(29.723)	-	-	-
Transações com acionistas								
Dividendos	23	-	(48.000)	-	(73.613)	(121.613)	(682)	(122.295)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.532.093	1.074.753	53.164	-	4.660.010	10.956	4.670.966

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de reais)

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	729.682	315.211
Lucro/Prejuízo líquido antes dos impostos	261.290	(171.073)
Depreciações e amortizações	43.964	44.825
Atualização monetária de outros ativos	(46.667)	(43.242)
Perdas líquidas por "impairment" em operações de crédito a clientes / Garantias	18.623	(27.471)
Ajuste ao valor de mercado - Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	4.766	267.321
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos mensurados ao valor justo	34.709	43.448
Provisão de participações nos lucros	267.331	191.652
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	(19.469)	(13.011)
Provisão Outros	165.135	22.694
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	68
Variação de Ativos e Passivos	2.838.894	(1.547.559)
(Aumento) Redução em Instrumentos de dívida	340.142	975.182
(Aumento) Redução em derivativos mensurados ao valor justo no resultado	408.781	(190.460)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	(1.042.762)	(894.385)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a clientes	3.143.064	(316.429)
(Aumento) Redução em Outros ativos	(155.096)	350.081
Aumento (Redução) em Depósitos	2.126.581	(1.452.640)
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	326.416	(436.810)
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	(2.583.943)	676.615
Aumento (Redução) em Provisões para ações judiciais	(26.876)	(16.927)
Aumento (Redução) em Outros passivos	324.725	(226.554)
Imposto de renda e contribuição pago	(22.138)	(15.232)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	3.568.576	(1.232.348)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(13.608)	(10.730)
Recursos da venda de ativos imobilizados	-	995
Aquisição de ativos intangíveis	(14.196)	(8.636)
Recursos da venda de ativos intangíveis	-	2.330
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.804)	(16.041)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	773.000	-
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	(340.793)	582.841
Ajuste no Patrimônio - Incorporação Cetelem e Cetelem América	-	47.503
Dividendos e juros sobre capital proprio pagos	-	(2.941)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento	432.207	627.403
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.972.979	(620.986)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.136.779	4.754.903
Caixa e equivalentes de caixa incorporado Cetelem América Ltda.	-	2.930
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	(68)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8.109.758	4.136.779

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 13



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e de investimento.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a., as Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e sua controlada BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("Grupo").

Em 13 de Maio de 2024, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a incorporação da Cetelem América Ltda. pelo acervo líquido contábil no montante de R\$39.298 com impacto no patrimônio líquido (vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

Em 1º de Setembro de 2024, foi aprovado a incorporação da BGN Mercantil e Serviços Ltda., de acordo com a 79ª Alteração do Contrato Social, não tendo nenhum impacto no patrimônio líquido do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

As incorporações fazem parte do processo de reestruturação societária do grupo a que pertencem, e tem por objetivo, dentre outros benefícios, racionalizar sua estrutura societária, centralizar e simplificar a administração de suas entidades, com a consequente redução dos custos.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS foram aprovadas pela Diretoria Estatutária em 19 de março de 2026.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards*" - "IFRS"), conforme aprovado pelo "*International Accounting Standard Board*" ("IASB") e atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Balanço Patrimonial é apresentado em ordem de liquidez.

Em 2005, o Banco revisou a forma de apresentação dos seus ativos e passivos, buscando também uma convergência com forma de apresentação das demonstrações financeiras em BACENGAAP. Essa modificação no formato de apresentação dos saldos do balanço, não alterou os totais de ativos e passivos, patrimônio líquido e lucro líquido. Dessa forma, os saldos comparativos de balanço em 31.12.2024 foram reclassificados, sendo as principais modificações: as operações de câmbio de instrumentos de dívida para derivativos no ativo, bem como das operações de câmbio e captações no mercado aberto de passivos financeiros para derivativos e depósitos, respectivamente.

b. Normas e interpretações

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para período atual para o Grupo BNP Paribas Brasil.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações - Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas



que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de renda e Contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na nota explicativa 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3. (d) v.

- Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes à atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na nota explicativa 3. (d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na nota explicativa 3. (k).

3. Políticas contábeis Materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

Empresas		País de origem	Percentual de Participação		Método de Consolidação
			2025	2024	
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	74,38%	Integral
• BNP Paribas Brasil DTVM Ltda.	Controlada	Brasil	100,00%	0%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas devem incluir:

• Controlada

É classificada como controlada a empresa sobre a qual o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

• Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtém benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;
- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades.



ii. Principais procedimentos de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados, assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPE.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto a EPE descrita na nota explicativa 3 (a) i.

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles mensurados ao valor justo no resultado e por meio de outros resultados abrangentes, são inicialmente reconhecidos na data da transação para o IFRS pelo seu valor justo. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expiram, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.



v. *Mensuração ao valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado consideraram na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testas para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas Demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornam-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos "inputs" usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.

O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

Descrição	Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnicas de valorização - dados observáveis	31/12/2025	31/12/2024
	(nível 1)	(nível 2)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos de dívida	4.354.609	59.395	4.414.004	4.565.436
Derivativos	6.453.033	4.178.413	10.631.446	10.921.554
Operações de crédito a instituições financeiras	-	194.296	194.296	734.496
Operações de crédito a clientes	-	382.723	382.723	1.512.431
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos de dívida	5.867.796	-	5.867.796	5.861.718
Total	16.675.438	4.814.827	21.490.265	23.595.635
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado				
Passivos financeiros	2.350.104	-	2.350.104	2.551.114
Títulos de dívida emitidos	-	1.031.500	1.031.500	692.726
Derivativos	6.937.321	3.496.849	10.434.170	10.565.272
Depósitos de clientes	-	-	-	909.813
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	8.946.902
Total	9.287.425	4.528.349	13.815.774	23.665.827



Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de câmbio: As operações de compra e venda de moeda com entrega física, conhecidas como operações de câmbio, são reconhecidas pelo seu valor justo convertido em moeda nacional, conforme regulamentação vigente. O valor justo dos câmbios é determinado usando técnica de modelagem com base nas cotações de moedas disponíveis no mercado.

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "*Black & Scholes*", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.

vi. Identificação e mensuração de "impairment"

A provisão de Perdas esperadas (PE) é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE 12 meses).

A PE 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

O Grupo calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo;
- Exposição no momento da inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados; e
- Perda dada a inadimplência ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

As perdas esperadas de ativos contabilizados pelo custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos financeiros continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento, porém, enquanto os ativos estiverem classificados no estágio 2, isso ocorrerá pela base bruta e após o estágio 3, pela base líquida. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "*impairment*" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.



Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

vii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

i. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

ii. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.

viii. Derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "hedge" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção "hedge" ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade. As relações de "hedge" são classificadas nas seguintes categorias:

i. "Hedge" de valor justo

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. "Hedge" de fluxo de caixa

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrer, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em Outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam designações de derivativos para "hedge" de fluxo de caixa.

iii. "Hedge" de investimento líquido no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como "hedge" de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de "hedge" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam designações de derivativos para "hedge" de investimento líquido no exterior.



ix. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

De acordo com o IFRS 9, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ativos incluídos na categoria mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, Outros resultados abrangentes acumulados. Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "impairment". A perda por "impairment" é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não havia ativos não correntes mantidos para a venda.

xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva dos juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídas no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.

Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização, são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio Grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.



e. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

- Equipamentos de processamento de dados 5 anos
- Outros bens 10 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros 5 anos ou pelo prazo do contrato

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações e sistemas de segurança.

f. Ativos intangíveis

i. "Software"

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".

Despesas subsequentes com "softwares" são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do "software", a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de "software" é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o valor justo ou o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

h. "Impairment" de ativos financeiros

A eventual perda por "impairment" dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

Os componentes que constituem o saldo total de provisões para "impairment" foram avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. "Impairment" de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de "impairment". Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por "impairment" é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.



As perdas por “impairment” reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por “impairment” é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por “impairment” é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (venda com compromisso de recompra), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas a instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este, quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificadas em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.

m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IFRS 9. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros (“impairment”).

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo para reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de Receita líquida de juros.

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas Receitas e despesas de serviços e comissões quando este for concluído.



o. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de "hedge" qualificados e designados em uma relação de "hedge" de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

p. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.

q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros, ou em Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

r. Imposto corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente que são levados ao patrimônio líquido.

4. Ativos e passivos financeiros

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	8.109.758	8.299.650	4.136.779	4.150.942
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Instrumento de dívida	1.171.610	1.180.463	1.297.360	1.266.561
Operações de crédito a instituições financeiras	2.061.581	2.061.581	478.619	482.510
Operações de crédito a clientes	9.002.565	8.939.497	11.001.495	9.911.983
Outros ativos financeiros	370.288	370.288	171.558	171.558
Total	20.715.802	20.851.479	17.085.811	15.983.554
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Depósitos	15.155.736	15.158.523	12.119.342	11.949.015
Títulos de dívida emitidos	263.920	265.209	88.212	88.118
Obrigações por empréstimos e repasses	7.639.237	7.625.144	1.231.413	1.194.315
Total	23.058.893	23.048.875	13.438.967	13.231.448

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.



5. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações no mercado aberto	7.649.234	2.499.996
Aplicações em moedas estrangeiras	-	1.154.663
Disponibilidades	460.524	482.120
Total	8.109.758	4.136.779

6. Instrumentos de dívida e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e ao custo amortizado

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira dos respectivos títulos contratados:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Mensurados ao valor justo no resultado</u>	<u>Mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Mensurados ao valor justo no resultado</u>	<u>Mensurados ao custo amortizado</u>
Ativos financeiros				
Títulos públicos	4.354.609	1.171.610	4.524.158	1.297.357
Cotas de fundo de investimento	59.395	-	41.278	-
Certificado de depósito bancário	-	-	-	3
Total	4.414.004	1.171.610	4.565.436	1.297.360
Passivos financeiros				
Dívida Subordinada - Res. 4.192/13	1.145.339	-	1.224.650	-
Empréstimo Perpétuo	1.204.765	-	1.326.464	-
Total	2.350.104	-	2.551.114	-

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos no valor de R\$1.772.215 (R\$2.228.035 em 2024).

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$570.652 e R\$574.687 (R\$612.996 e R\$611.654 em 2024), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a e 3,37% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2025, com vencimentos em janeiro de 2031 e 2032, respectivamente.

As dívidas subordinadas perpétuas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.955/21 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões e US\$96 milhões equivalentes a R\$638.765 e R\$566.000 (R\$713.243 e R\$613.221 em 2024), já acrescido dos juros de 4,56% a.a. e 8,67% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2025.

7. Derivativos

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

	<u>Em quantidade de dias</u>				
	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-365</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Total</u>
Derivativos - Ativo:					
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	587	20.757	36.660	65.769	123.773
Operações a termo	6.619.514	302.931	146.122	57.391	7.125.958
Operações com "swap"	361.615	412.525	149.004	2.194.007	3.117.151
Outros instrumentos - Câmbio	19.788	118.348	79.424	47.004	264.564
Total 2025	7.001.504	854.561	411.210	2.364.171	10.631.446
Total 2024	2.141.502	4.170.640	2.174.962	2.434.450	10.921.554
Derivativos - Passivo:					
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	1.295	39.935	53.970	459.613	554.813
Operações a termo	6.461.829	332.903	367.271	173.531	7.335.534
Operações com "swap"	30.363	290.159	79.046	1.598.290	1.997.858
Outros instrumentos - Câmbio	92.540	211.904	17.649	223.872	545.965
Total 2025	6.586.027	874.901	517.936	2.455.306	10.434.170
Total 2024	1.828.997	2.457.769	3.369.607	2.908.899	10.565.272



A composição do valor nominal dos derivativos por contraparte está descrito conforme abaixo:

Valor Nominal por contraparte	SISTEMA CETIP			SISTEMA BM&FBovespa		Valor nominal 31.12.2025	Valor nominal 31.12.2024
	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Operações com opções	8.579.508	1.418.562	-	-	-	9.998.070	5.303.406
Comprada	4.540.579	605.332	-	-	-	5.145.911	2.245.303
Vendida	4.038.929	813.230	-	-	-	4.852.159	3.058.103
Operações com "swap" "Swap"	31.853.782	40.278.351	2.502.251	13.282.631	-	87.917.015	90.588.999
	31.853.782	40.278.351	2.502.251	13.282.631	-	87.917.015	90.588.999
Operações com futuros	-	-	-	62.242.787	-	62.242.787	72.260.635
Comprada	-	-	-	32.917.189	-	32.917.189	34.898.686
Vendida	-	-	-	29.325.598	-	29.325.598	37.361.949
Operações a termo	37.033.950	3.184.974	11.729.942	-	-	51.948.866	40.537.708
Comprada	19.439.854	2.356.588	5.865.291	-	-	27.661.733	22.890.712
Vendida	17.594.096	828.386	5.864.651	-	-	24.287.133	17.646.996
Outros instrumentos - Câmbio	3.547.160	43.885.773	60.010	-	-	47.492.943	51.562.132
Comprada	3.503.371	20.969.841	58.160	-	-	24.531.372	27.023.065
Vendida	43.789	22.915.932	1.850	-	-	22.961.571	24.539.066
Total	81.014.400	88.767.660	14.292.203	75.525.418	-	259.599.681	260.252.880

A composição do valor nominal dos derivativos por indexador está descrita conforme abaixo:

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 31.12.2025	Valor nominal 31.12.2024
Operações com opções	123.773	554.813	9.998.070	5.303.406
Compra de opção de:	123.773	-	5.145.911	2.245.303
Compra de Dólar	86.820	-	4.076.575	1.675.242
Venda de Dólar	4.098	-	139.612	238.978
Commodities	24.993	-	517.514	321.955
Venda de Euro	7.862	-	412.210	9.128
Venda de opção de:	-	554.813	4.852.159	3.058.103
Compra de Dólar	-	396.033	890.899	930.728
Compra de Euro	-	-	-	10.149
Commodities	-	7.964	412.210	284.862
Compra de Ações	-	24.750	517.514	-
Venda de Ações	-	-	-	8.469
Compra de Ações	-	-	-	405.479
Venda de Dólar	-	126.066	3.031.536	1.418.416
Operações com "swap"	3.117.151	1.997.858	87.917.015	90.588.999
Ações x DI	35.983	200.081	2.419.523	1.100.935
Ações x PRE	250.640	-	920.674	1.181.642
Ações x Cupom de Dólar	-	-	-	88.696
Cupom de Dólar x Ações	-	-	-	296.012
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	46.691	48.233	8.811.120	9.338.568
Cupom de Dólar x Mercadorias (Commodities)	6.979	7.129	512.242	1.114.527
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	3.611	5.629	542.610	97.025
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	68.369	-	397.772	1.393.663
Cupom de Dólar x DI	-	464.910	5.936.900	10.897.126
Cupom de Dólar x LIBOR	-	7.135	237.172	338.608
Cupom de Dólar x PRE	-	350.961	4.181.070	1.133.110
Cupom de Euro x Cupom de Dólar	1.254	1.711	457.711	-
Cupom de Euro x DI	39.906	23.432	3.593.029	1.972.969
Cupom de Euro x PRE	1.668	-	15.005	-
Cupom de IENE x Pre	8.666	-	1.002.552	1.124.851
DI x Ações	-	26.590	1.329.524	10.894
DI x Cupom de Dólar	1.145.700	49.419	14.075.756	10.819.971
DI x Cupom de Euro	147.720	92.419	6.941.856	6.017.373
DI x Índice de Preço	8.268	-	211.260	-
DI x DI	7.359	88.883	1.356.628	-
DI x Swap de Risco (CDS)	12.709	27.800	1.356.628	-
Pre x Pre	-	2.261	11.200	24.099
DI x CNH	52.582	-	1.316.887	632.925
CNH x DI	-	52.582	1.316.887	632.925
Índice de Preço x Cupom de Euro	-	-	-	200.000



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2025	31.12.2024
LIBOR x Cupom de Dólar	76	-	21.722	604.819
DI x PRE	324.517	63.246	4.219.437	8.376.770
Índice de Preço x DI	1.130	435	210.410	-
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	-	4.587.910
DI x Cupom de IENE	416.789	-	2.006.181	1.924.245
PRE x Ações	-	249.999	920.674	1.176.800
PRE x Cupom de Dólar	316.931	115.860	14.840.675	3.413.538
PRE x Cupom de Euro	50.407	22.502	2.459.940	3.793.691
PRE x DI	11.000	43.753	4.318.945	14.275.637
PRE x Commodity	-	3.761	58.881	-
DI x LIBOR	-	-	-	606.336
Cupom de Dólar x Índice de Preço	38.186	-	450.000	450.000
Mercadorias (Commodities) x Cupom de Dólar	120.010	10.941	1.016.144	2.513.334
Índice de Preço x Cupom de Dólar	-	38.186	450.000	450.000
Operações com futuros	-	-	62.242.787	72.260.635
Operações com futuros - Comprada	-	-	32.917.189	34.898.686
Cupom cambial - DDI	-	-	23.821.909	14.961.094
DI	-	-	7.878.310	12.873.198
Taxas	-	-	208.200	326.176
Moedas	-	-	1.008.769	6.738.218
Operações com futuros - Vendida	-	-	29.325.598	37.361.949
Cupom cambial - DDI	-	-	5.908.931	9.539.440
DI	-	-	15.069.266	22.715.102
Taxas	-	-	437.976	857.475
Moedas	-	-	7.909.425	4.249.932
Operações a termo	7.125.958	7.335.534	51.948.866	40.537.708
Operações a termo - Comprada	3.428.513	3.926.077	27.661.733	22.890.712
Moeda	221.321	723.418	20.702.515	21.280.602
Títulos Públicos	3.197.232	3.195.847	6.392.864	-
Mercadorias (Commodities)	9.960	6.812	566.354	1.610.110
Operações a termo - Vendida	3.697.445	3.409.457	24.287.133	17.646.996
Moeda	489.946	102.793	17.127.081	15.657.971
Títulos Públicos	3.195.632	3.196.825	6.392.672	-
Mercadorias (Commodities)	11.867	109.839	767.380	1.989.025
Outros instrumentos	264.564	545.965	47.492.943	51.562.132
Outros instrumentos - Comprada - Moeda	264.564	-	24.531.372	27.023.065
Outros instrumentos - Vendida - Moeda	-	545.965	22.961.571	24.539.066
Total	10.631.446	10.434.170	259.599.681	260.252.880

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

8. Ativos e passivos de derivativos mantidos para gerenciamento de risco

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros pré-fixadas destas operações.

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge":

"Hedge" de Risco de Mercado								
Instrumento			Objeto de "Hedge"				31/12/2024	
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DDI Futuro	04/01/2027	1.158.759	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.178.423	1.158.362	(69.284)	1.268.168
DDI Futuro	02/01/2029	1.292.299	Títulos Perpétuo	Dólar	1.332.719	1.292.475	(70.498)	1.423.028
DI Futuro	04/05/2026	229.345	CPR	pré-fixadas	214.127	213.668	(459)	-
DI Futuro	02/01/2030	385.385	Empréstimo - capital de giro e consignado	pré-fixadas	383.193	382.723	14.426	355.107
DI Futuro	03/07/2028	1.835.085	Títulos - LTN	pré-fixadas	1.854.789	1.836.098	62.792	1.557.648
DI Futuro	02/01/2029	823.108	Títulos - NTN	pré-fixadas	854.027	823.558	71.718	695.215
DI Futuro	16/08/2032	983.354	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	1.028.307	1.000.789	(57.454)	695.705
DI Futuro	02/01/2025	-	Certificados de depósitos bancários	pré-fixadas	-	-	-	369.832
DDI Futuro	02/01/2029	-	Obrig. Empréstimos Ext. - Vinculado a 4131	Dólar	-	-	-	377.468

¹ No período foram descontinuadas relações de FVH de Empréstimos no exterior vinculados a Res. 4131, sem impacto no resultado do período.

Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2025 e 2024.



9. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.885.078	3.883.160
Notas do Tesouro Nacional - NTN	982.718	1.924.170
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	-	54.388
Total	5.867.796	5.861.718

10. Operações de crédito a instituições financeiras

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Aplicações em moedas estrangeiras	194.296	734.496
Total	194.296	734.496
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	410.819	468.572
Aplicações no mercado aberto	1.650.762	10.047
Total	2.061.581	478.619

11. Operações de crédito a clientes

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

Descrição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Operações de câmbio	11.a	1.455.930	3.761.795
Operações de crédito	11.a	3.370.677	3.693.209
Aplicações no mercado aberto	11.b	4.175.958	3.546.491
Total		9.002.565	11.001.495
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Aplicações no mercado aberto		-	1.166.753
Operações de crédito	11.a	382.723	345.678
Total		382.723	1.512.431

a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	1.598.416	1.653.418
Títulos de créditos a receber	1.677.273	1.488.202
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.455.930	3.761.795
Financiamento à exportação	247.739	459.031
Cartão de crédito	118.161	229.106
Crédito rotativo	50.974	87.022
Crédito rural	55.624	73.669
Consignado (*)	863	37.284
Microcrédito	2.645	5.963
Outros empréstimos	1.705	5.192
Total	5.209.330	7.800.682

(*) No 2º semestre de 2024 foi firmado contrato de cessão de direitos créditos.



b. Aplicações no mercado aberto

Os detalhes, por mercado aberto, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Nota Promissória	154.492	225.524
Debêntures	3.361.807	3.886.723
Cédula do Produtor Rural (CPR)	565.318	246.132
Cota FIDC	94.341	354.865
Total	4.175.958	4.713.244

As operações de crédito a clientes têm usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

A avaliação de perdas em créditos é realizada conforme nota explicativa 35b.

As variações da rubrica Provisão de "Impairment" foram as seguintes:

Saldo inicial em 31/12/2023	(602.502)
Reversão de provisão de "Impairment" Operação de crédito	28.756
Valores baixados para prejuízo	383.934
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(2.798)
Saldo em 31/12/2024	(192.610)
Provisão de "Impairment" Operação de crédito	(15.476)
Valores baixados para prejuízo	24.787
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(29.381)
Saldo final em 31/12/2025	(212.680)

12. Ativos e passivos tributários correntes e diferidos

Ativos por impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2025</u>
<u>Imposto de renda</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	87.325	46.740	(59.549)	74.516
Ajuste a mercado de derivativos	12.807	-	(12.807)	-
Ajuste a mercado MTM	57.328	-	(57.328)	-
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.972	-	(2.972)	-
Provisão para riscos fiscais	110.006	58.308	(22.985)	145.329
Provisão para ações judiciais	74.157	11.949	(7.718)	78.388
Provisão para outros passivos	191.139	119.947	(151.999)	159.087
Leasing IFRS16	3.289	-	(1.028)	2.261
<i>Prejuízo Fiscal</i>	218.997	-	(9.113)	209.884
Sub-total imposto de renda	758.020	236.944	(325.499)	669.465
<u>Contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.858	37.392	(47.639)	59.611
Ajuste a mercado de derivativos	10.088	-	(10.088)	-
Ajuste a mercado MTM	45.861	-	(45.861)	-
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.377	-	(2.377)	-
Provisão para riscos fiscais	88.006	46.644	(18.388)	116.262
Provisão para ações judiciais	59.326	9.559	(6.175)	62.710
Provisão para outros passivos	151.668	68.248	(92.646)	127.270
Leasing IFRS16	2.630	-	(821)	1.809
Base negativa de CSLL	175.198	-	(6.367)	168.831
Sub-total contribuição social	605.012	161.843	(230.362)	536.493
Total 31.12.2025	1.363.032	398.787	(555.862)	1.205.957
Total 31.12.2024	1.183.284	867.311	(687.563)	1.363.032



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os impostos e contribuições a compensar apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em			Saldo em
	31.12.2024	Constituição	Realização	31.12.2025
IRPJ e IRRF	9.352	16.497	(9.354)	16.495
Demais impostos	117.734	(10.131)	(4.366)	103.237
Total 31.12.2025	127.086	6.366	(13.720)	119.732
Total 31.12.2024	126.148	50.233	(49.295)	127.086

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em			Saldo em
	31.12.2024	Constituição	Realização	31.12.2025
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a mercado títulos e derivativos	(310.192)	-	25.436	(284.756)
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(43.499)	-	(43.499)
Demais	(7.081)	(57.820)	-	(64.901)
Total 31.12.2025	(317.273)	(101.319)	25.436	(393.156)
Total 31.12.2024	(299.854)	-	(17.419)	(317.273)

Passivos tributários correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de imposto de renda a pagar	21.493	1.240
Provisão de contribuição social a pagar	15.429	449
Provisão para contribuições a recolher	55.857	42.015
Total	92.779	43.704

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2025 é:

Exercício social	2026	2027	2028	2029	2030	de 2031 até 2035	Total
Créditos tributários	227.149	113.395	355.388	99.515	102.966	307.545	1.205.957
Saldo em 31.12.2024							1.363.032

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2025, é estimado em R\$645.859 (em 2024 R\$705.296), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado do Grupo diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

Custo de aquisição - Imobilizado	Equipamentos de		Imobilizado de	Saldo em	Saldo em
	processamento de dados	Outros bens	arrendamento	31.12.2025	31.12.2024
Saldo no início do exercício	16.932	11.584	36.922	65.438	84.567
Aquisições	10.576	966	2.066	13.608	10.730
Provisão para desvalorização	-	-	-	-	(65)
Depreciações	(9.060)	(3.526)	(15.379)	(27.965)	(28.799)
Alienações	-	-	-	-	(995)
Saldo no final do exercício	18.448	9.024	23.609	51.081	65.438



14. Ativo intangível

As variações da rubrica Ativo intangível foram as seguintes:

	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
Custo de aquisição - "Software"		
Saldo no início do exercício	15.926	25.646
Aquisições	14.196	8.636
Amortizações	(15.999)	(16.026)
Alienações	-	(2.330)
Saldo no final do exercício	14.123	15.926

15. Outros ativos financeiros

A composição do saldo da rubrica outros ativos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Serviços prestados a receber	52.005	46.939
Devedores diversos - exterior	87.900	46.742
Negociação e intermediação de valores	221.705	43.001
Outros recebíveis	6.321	20.544
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	2.357	9.244
Prêmio ou desconto em op. de venda ou transf. de ativo financeiro	-	4.293
Devedores diversos - país	-	1.190
Perdas com outros ativos	-	(395)
Total	370.288	171.558
Outros ativos financeiros até 1 ano	357.682	142.249
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	12.606	29.309
Total	370.288	171.558

16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica Outros ativos ao custo amortizado é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Devedores por depósitos em garantia	948.873	904.702
Devedores diversos - país	35.914	57.299
Despesas antecipadas de outros ativos	13.237	10.513
Adiantamentos diversos	1.634	1.133
Total	999.658	973.647
Outros ativos até 1 ano	50.785	182.528
Outros ativos acima de 1 ano	948.873	791.119
Total	999.658	973.647

17. Garantias Prestadas

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
"Advance payment bond"	264.092	306.076
"Bid bond"	4.164.490	2.847.352
"Performance bond"	294.294	1.038.754
Fiança Bancária	608.587	1.025.292
Fiança de processos em juízo	2.960.955	2.855.030
Outras Garantias prestadas	4.952.008	5.502.200
Total	13.244.425	13.574.704

Essas garantias estão contabilizadas em contas de compensação. Foram registradas provisões para PE por não recuperação de garantias prestadas de R\$4.025 (em 2023 R\$5.538), conforme nota explicativa 21 (ii).



18. Depósitos

A composição do saldo da rubrica Depósitos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	7.288.317	4.942.300
Captações no mercado aberto	5.422.134	4.757.476
Depósitos à vista	1.779.374	1.450.288
Depósitos interfinanceiros	451.339	605.289
Ordens de pagamento a cumprir	214.536	363.953
Outros depósitos de instituições financeiras	36	36
Total	15.155.736	12.119.342
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Depósitos a prazo	-	368.303
Captações no mercado aberto	-	541.510
Total	-	909.813
Depósitos de clientes até 1 ano	14.240.474	12.612.911
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	915.262	295.492
Depósitos de clientes acima de 5 anos	-	120.752
Total	15.155.736	13.029.155

19. Títulos de dívida emitidos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
	<u>Vencíveis até</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Letras financeiras	01.09.2027	100,00 % a.a. CDI	263.920	83.331
Captações por certificado de operações estruturadas	07.07.2034	0,00 % a 62,00 % a.a.	-	4.881
Total			263.920	88.212
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Captações por certificado de operações estruturadas			1.031.500	692.726
Total			1.031.500	692.726
Títulos de dívida emitidos até 1 ano			38.888	205.170
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos			1.256.532	566.439
Títulos de dívida emitidos acima de 5 anos			-	9.329
Total			1.295.420	780.938

20. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
	<u>Vencíveis até</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Repasses - FUNCAFE	22.10.2027	8,00% a 11,50% a.a.	30.121	48.345
Obrigações por empréstimos no exterior	12.03.2029	2,29% a 5,43% a.a.	1.824.022	-
Repasso no exterior	01.06.2029	5,45% a 8,62% a.a.	133.559	1.183.068
Obrigações em moeda estrangeira	17.08.2027	2,00% a 5,03% a.a.	5.651.535	-
Total			7.639.237	1.231.413
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Obrigações por empréstimos no exterior	12.03.2029	2,29% a 5,43% a.a.	-	715.348
Repasses no Exterior	28.03.2025	6,35% a.a.	-	21.189
Obrigações em moeda estrangeira	17.08.2027	2,00% a 5,03% a.a.	-	8.210.365
Total			-	8.946.902
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano			5.897.710	8.523.093
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos			1.741.527	1.655.222
Total			7.639.237	10.178.315

Página 31



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

21. Provisões

i. Provisão para processos judiciais e administrativos e outras provisões

A posição das provisões constituídas segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	Demandas fiscais	Demandas trabalhistas	Demandas cíveis	Total
Saldo final 31/12/2023	590.639	135.513	216.703	942.855
Constituição	-	20.424	8.151	28.575
Baixas/Reversão por pagamento	-	(54.844)	(35.282)	(90.126)
Atualizações monetárias	30.961	4.619	1.350	36.930
Saldo final 31/12/2024	621.600	105.712	190.922	918.234
Constituição	11.663	26.601	24.573	62.837
Baixas/Reversão por pagamento	(91.939)	(19.929)	(25.441)	(137.309)
Atualizações monetárias	39.986	6.201	4.917	51.104
Saldo final 31/12/2025	581.311	118.585	194.971	894.867

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para riscos fiscais é composta: (i) da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$482.523 (R\$456.190 em 2024) e R\$78.338 (R\$74.013 em 2024), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente; (ii) provisão de R\$6.335 (R\$5.092 em 2024) referente à dedução do ISS da base do PIS e COFINS discutida judicialmente em que o Banco obteve sentença favorável; (iii) provisão de PLR R\$13.886 referente a glosa de despesas na base de IRPJ e CSLL de PLR e gratificações pagas aos Diretores no ano de 2009 e 2010; e; (iv) provisão de INSS no valor de R\$230 (R\$222 em 2024) referente a parcela considerada como perda provável do auto de infração lavrado em 2012, para cobrança da Contribuição Previdenciária Empresa incidente sobre os valores pagos aos contribuintes individuais referente ao exercício de 2009. Em dezembro de 2025 foi revertida a provisão de R\$91.564 referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito devido a adesão ao Programa #FiqueEmDia do Município de São Paulo. A provisão para riscos cíveis está relacionada às ações indenizatórias movidas por clientes. A provisão para riscos trabalhistas está relacionada à ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2025, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$21.894 e fiscais de R\$1.516.253 (R\$20.272 e R\$1.426.597 em 2024, respectivamente). Especificamente para contingências cíveis relacionadas as operações de personal finance é utilizado modelo estatístico, que baseado nos encerramentos dos processos judiciais dos últimos 12 meses, determina de forma massificada a provisão para perdas a ser constituída.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2025 ou em exercícios anteriores.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

ii. Provisão para perdas esperadas

As variações nas provisões para perdas esperadas no período de 2024 foram as seguintes:

Saldo final 31/12/2023	5.538
Reversão	(1.513)
Saldo final 31/12/2024	4.025
Reversão	(1.447)
Saldo final 31/12/2025	2.578

22. Outros passivos

A composição do saldo da rubrica Outros passivos ao custo amortizado é o seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de despesas administrativas	329.052	388.021
Provisão para despesas de pessoal	351.107	248.314
Sociais e estatutárias	141.199	-
Outros impostos e contribuições a recolher	32.914	84.841
Ajustes de Contrato Futuro	426.575	69.457
Transação de pagamento	14.751	19.644
Diversos	127.317	30.164
Total	1.422.915	840.441
Outros passivos até 1 ano	1.119.019	761.663
Outros passivos acima de 1 ano	303.896	78.778
Total	1.422.915	840.441



23. Patrimônio líquido

• Capital

O capital social é representado em 31 de dezembro de 2025 por 302.672 (236.432 em 2024) ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas. BNP Paribas S.A. detém 99,99% das ações do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento de capital do Banco em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 773.000, passando dos atuais R\$2.759.093 para R\$ 3.532.093, mediante a emissão de 66.240 novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 11.669,71 por ação, aprovada pelo Banco Central do Brasil em 4 de setembro de 2025, através do ofício 23142/2025-BCB/Deorf/GTSP2.

Em 1º de Fevereiro de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A incorporou a Cetelem América Ltda., com aumento de capital social de R\$3.414 aprovado pelo Banco Central através do Ofício 10006/2024 - BCB/Deorf/GTSP2.

• Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$77.487 (R\$79.311 de prejuízo em 2024) .

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025, o saldo integral remanescente do lucro líquido do Banco BNP, após a dedução da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas. Ademais, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$48.000, a serem pagos à conta de Reserva de Lucros, totalizando R\$121.613.

• Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. Em 31 de dezembro de 2025, houve a destinação da Reserva Legal. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal, e não poderá exceder a 20% do capital integralizado do Banco.

• Conciliação de patrimônio líquido e lucro líquido

As Demonstrações Contábeis Individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. são elaboradas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) diferentemente destas Demonstrações Contábeis Consolidadas que são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). Até 31 de dezembro de 2024, as principais diferenças de critério no patrimônio líquido e lucro líquido eram originadas pelo reconhecimento conforme IFRS 9, que dispõe sobre modelo de negócios para reconhecimento de ativos financeiros, provisão para perdas esperadas e comissões diferidas. Com o início da vigência das Resoluções CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23 (Instrumentos Financeiros) e da Resolução CMN 4.975/21 (Arrendamentos) em 1º de janeiro de 2025, houve a convergência das práticas contábeis entre a demonstração individual em BRGAAP e consolidada em IFRS do Banco. Com isso, em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido do Banco totalizou R\$4.660.010 no BRGAAP e no IFRS e lucro líquido de R\$77.478 no BRGAAP e R\$108.373 no IFRS.

24. Receitas e Despesas de juros e similares

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a clientes	1.209.709	1.460.306
Instrumentos de dívida	1.436.175	1.008.234
Operações de crédito a instituições financeiras	1.012.151	826.274
Total	3.658.035	3.294.814
Despesas de juros e similares		
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	(1.435.193)	(986.483)
Obrigações por empréstimos e repasses	(589.274)	(863.602)
Títulos de dívida emitidos	(192.843)	(147.714)
Passivos financeiro	(96.668)	(136.684)
Outros	(8.872)	(8.435)
Total	(2.322.850)	(2.142.918)
Total Geral	1.335.185	1.151.896

A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.

A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras		
Depósito a prazo	755.427	597.083
Operações compromissadas	588.906	325.582
Depósito interfinanceiro	90.860	63.818
Total	1.435.193	986.483



25. Resultado líquido de serviços e comissões

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços	72.633	104.336
Taxa de administração	111.246	125.520
Comissões sobre fianças prestadas	83.724	81.059
Outras comissões recebidas	135.602	139.102
Total	403.205	450.017
Despesas de serviços e comissões		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	-	(24.288)
Serviços prestados	(1.906)	(165.723)
Comissões sobre fianças pagas	(3.639)	(2.858)
Outras comissões pagas	(644)	(50.684)
Total	(6.189)	(243.553)
Resultado líquido de serviços e comissões	397.016	206.464

26. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Resultado de instrumentos financeiros		
Derivativos	(1.915.587)	2.075.415
Renda fixa	(6.055)	(357.267)
Operações cambiais	624.308	(987.581)
Outros	45.434	9.183
Total	(1.251.900)	739.750
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		
Renda fixa	118.488	91.554
Dívida Subordinada	(159.755)	15.951
Operação de crédito	12.079	(128.871)
Outros	(3.936)	-
Total	(33.124)	(21.366)
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos		
Taxa de juros e câmbio	(462.584)	1.026.138
Total	(462.584)	1.026.138
Total Geral	(1.747.608)	1.744.522

27. Resultado de variação cambial

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Resultado de Variação cambial		
Receita com variações cambiais	2.468.106	1.830.043
Despesa com variações cambiais	(937.056)	(3.660.352)
Total	1.531.050	(1.830.309)

28. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos públicos	(93.900)	(86.611)
Títulos privados	(32.420)	562
Cotas de fundos de direitos creditórios	-	15.481
Dividendos/remuneração de ações	-	108
Total	(126.320)	(70.460)

Durante o ano foram transferidas do patrimônio líquido para o resultado o valor de R\$105.717 como perda (em 2024 R\$84.237 como ganho) de alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



29. Outras receitas operacionais

Essa rubrica está assim demonstrada:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Outras receitas operacionais		
Atualização depósito judicial (Provisões para ações judiciais)	69.646	76.701
Resultado com Transfer Pricing	288.686	40.782
Recuperação de encargos e despesas	34.240	6.675
Reversão de outras provisões	228.616	168.384
Outras	67.452	37.424
Total	688.640	329.966

30. Despesas de pessoal

A composição da rubrica Despesas de pessoal está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Despesas de pessoal		
Salários, participação nos lucros e bônus	541.356	496.448
Encargos sociais	163.904	133.338
Outros benefícios dos funcionários	73.403	71.976
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	10.661	9.826
Treinamentos	1.755	6.193
Total	791.079	717.781

31. Depreciação e amortização

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Despesa de depreciação e amortização		
Equipamentos de processamento de dados	9.060	9.151
Imobilizado de arrendamento - IFRS 16	15.379	14.152
Ativos intangíveis	15.999	16.026
Outros bens	3.526	5.496
Total	43.964	44.825

32. Outras despesas operacionais

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Outras despesas operacionais		
Provisões/Atualizações sobre contingências e riscos	212.985	165.419
Processamento de dados	119.638	162.402
Serviços de terceiros	192.699	140.674
Serviços técnicos especializados	91.834	137.204
Serviços do sistema financeiro	61.050	101.731
Despesas tributárias	112.494	73.671
Comunicação	4.580	9.090
Promoções e relações públicas	9.536	7.150
Viagens	9.174	6.417
Publicação e propaganda e publicidade	2.617	2.593
Outras	145.735	161.109
Total	963.007	968.017

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, referem-se principalmente a PIS e COFINS.



33. Despesa de imposto sobre a renda

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apurada:

Descrição	01.01 a	01.01 a
	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	261.290	(171.073)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(117.580)	76.983
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Utilização Prejuízo Fiscal - Débito Ágio Cetelem e INSS Autorregularização	-	(64.424)
Baixa de créditos não recuperáveis	(23.118)	-
Despesas indedutíveis, doações e incentivos, e alteração de alíquota CSLL	(10.630)	19.588
Diferença da alíquota distintas regimes de tributação (lucro presumido)	(1.589)	(5.715)
Total	(152.917)	26.432
Abertura:		
Impostos correntes	(41.739)	(6.684)
Impostos diferidos	(111.177)	33.116
Taxa tributária efetiva	59%	15%

34. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

Para os propósitos da gestão integrada de riscos do Grupo BNPP são considerados como riscos relevantes os riscos listados na normativa vigente e, adicionalmente, os riscos materiais identificados durante o processo de identificação de riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de juros na carteira bancária
- Risco socioambiental

Risk GSA (Governance & Strategic Analysis) é o time responsável pela gestão transversal de riscos. Atua como área facilitadora e exerce a função de secretariado do RiskCo (Comitê de Riscos Integrados do Conglomerado Prudencial), comitê para o qual também consolida, avalia e sugere itens relevantes para análise e discussão.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Instrumentos de dívida	4.414.004	4.565.436
Derivativos	10.631.446	10.921.554
Operações de crédito a instituições financeiras	194.296	734.496
Operações de crédito a clientes	382.723	1.512.431
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida	1.171.610	1.297.360
Operações de crédito a instituições financeiras	2.061.581	478.619
Operações de crédito a clientes	9.002.565	11.001.495

Página 36



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Instrumentos de dívida	5.867.796	5.861.718
Garantias prestadas (“off balance”)	13.244.425	13.574.704
Exposição bruta	46.970.446	49.947.813
Provisão “impairment” - Garantias prestadas e Operações de crédito	(215.258)	(196.635)
Exposição líquida	46.755.188	49.751.178

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	31/12/2025	31/12/2024
Governo	11.394.015	11.660.559
Indústria	7.635.161	4.112.352
Comércio	353.731	802.167
Instituição financeira	10.556.493	7.727.807
Outros serviços	16.912.186	25.370.657
Pessoa física	118.860	274.271
Exposição bruta	46.970.446	49.947.813
Provisão “impairment” - Estágio 01	(42.344)	(16.964)
Provisão “impairment” - Estágio 02	(1.216)	(3.586)
Provisão “impairment” - Estágio 03	(171.698)	(176.085)
Exposição líquida	46.755.188	49.751.178

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio e Outros empréstimos

Até 60 dias	-	3
Acima de 60 dias	120.195	501.480
Garantias prestadas (“Off balance”)		
Até 60 dias	54.118	86.540
Acima de 60 dias	2.695	20.331
Total de operações vencidas	177.008	608.354

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no valor de R\$10.769 (R\$19.757 em 2024). Em 2025 existiam contratos renegociados no valor de R\$2.095.552 (R\$2.132.356 em 2024).

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

Prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
PASSIVO						
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado						
Passivos financeiro	109.676	-	-	2.240.428	2.350.104	2.551.114
Derivativos	6.586.027	874.901	517.936	2.455.306	10.434.170	10.565.272
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	8.946.902
Títulos de dívida emitidos	-	29.778	9.110	992.612	1.031.500	692.726
Depósitos	-	-	-	-	-	912.890

Página 37



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Depósitos	6.817.759	3.575.994	3.832.103	929.880	15.155.736	12.125.863
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	263.920	263.920	88.212
Obrigações por empréstimos e repasses	2.091.931	3.106.021	719.797	1.722.741	7.640.490	1.235.282
Total	15.605.393	7.586.694	5.078.946	8.604.887	36.875.920	37.118.261

Deste montante, R\$17.655.055 (em 2024 R\$9.898.659) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

d. Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

	31/12/2025	31/12/2024
Fator de risco		
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	1.256.402	982.019
Risco relacionados a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	4.439.162	3.565.454
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	239.156	979.523
Risco relacionados a "commodities"	9.405	21.291
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	110.182	32.651
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	306.640	1.381.009
Ajuste para derivativos decorrente de variação de qualidade creditícia da contraparte (CVA)	2.256.578	1.932.885
Exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros na carteira de negociação	4.113	712.048
Total	8.621.638	9.606.880

e. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNPP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

f. Risco de Juros na Carteira Bancária

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) é o risco de que os resultados futuros possam ser impactados adversamente pelo nível das taxas de referência.

O Conglomerado BNP Paribas Brasil mensura o IRRBB através de:

- Métricas internas de RAS (métricas Pilar II);
- Métricas padronizadas, conforme exigido na Circular 3.876 (métricas Pilar I).



g. Risco Socioambiental

Introdução

A primeira missão do Grupo BNP Paribas globalmente é ser um parceiro responsável e de longo prazo de seus clientes. Para esse fim, adota como princípios fundamentais a realização de uma gestão integrada de seus riscos e a observância à estrita ética nos negócios.

A Carta de Responsabilidade BNP Paribas, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Executivo do Grupo BNP Paribas no mundo, é o documento institucional que formaliza os compromissos, simbolizados por quatro grandes pilares: a responsabilidade econômica, social, cívica e a ambiental. Eles se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo BNP Paribas ao redor do mundo.

Tendo a Carta de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

A presente Política de Responsabilidade Socioambiental ("Política" ou "PRSA") reflete as diretrizes da Carta de Responsabilidade BNP Paribas, ajustadas às peculiaridades da legislação socioambiental brasileira. Esta Política se aplica aos negócios e atividades desenvolvidos neste país pelo BNP Paribas Brasil, que compreende o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

h. Gerenciamento do capital

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado;
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado;
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado;
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital;
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos;
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz);
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevantes bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio de Referência		
Nível I	5.480.581	4.379.829
Capital Principal	4.235.572	3.093.110
Capital Complementar	1.245.010	1.286.719
Nível II	1.125.683	1.178.457
Total (Nível I + Nível II)	6.606.264	5.558.286
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	21.328.373	24.356.005
De Mercado	8.621.638	9.606.880
Operacional	3.333.570	3.291.573
Ativos ponderados pelo risco	33.283.581	37.254.458
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.494.776	3.911.718
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.111.488	1.646.568
Índice da Basileia (PR/RWA)	19,8%	14,9%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	12,7%	8,3%
Índice do Nível I (NI/RWA)	16,5%	11,8%

Página 39



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

35. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota explicativa 3a) foram eliminadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2025		2024	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Controlador	(9.834.624)	(1.264.226)	(11.634.058)	(2.858.870)
Disponibilidade em moeda estrangeira	56.692	-	1.948.186	119.724
Aplicações em moedas estrangeiras	194.296	48.492	-	-
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	32.171	(27.164)	-	-
Depósitos a vista	-	-	(6.894)	(821)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.657.708)	(512.118)	(10.077.995)	(2.225.825)
Dívida Subordinada	(2.350.104)	(113.769)	(2.509.819)	(644.938)
Derivativos a Receber/(a Pagar)	512	(926.886)	(967.417)	(108.429)
Dividendos a Pagar	(121.612)	-	-	-
Devedores/Credores diversos	11.129	267.219	(20.119)	1.419
Parte Relacionada Exterior	(1.191.874)	(94.081)	(59.428)	(736.452)
Disponibilidade em moeda estrangeira	65.118	-	152.274	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.407.511)	(94.302)	(628.149)	(392.627)
Derivativos a Receber	-	-	411.151	(377.956)
Devedores/Credores diversos	150.519	221	5.296	34.131
Parte Relacionada País	252.676	10.560	328.368	134.619
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(286.772)	(89.083)	-	-
Depósitos a vista	(5.882)	-	(87.208)	(5.623)
Depósitos a prazo	(45.519)	-	-	-
Operações de crédito	509.281	(3)	414.229	145.661
Derivativos (a Pagar)	35.211	103.933	(12.288)	(10.632)
Devedores/Credores diversos	46.357	(4.287)	13.635	5.213

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$40.815 (em 2024 R\$37.795), benefícios de longo prazo de R\$10.621 (em 2024 R\$8.476) e não existem benefícios pós empregos e remuneração em ações.

36. Eventos subsequentes

a) Liquidação antecipada dívida subordinada

Em 21 de outubro de 2025, o Banco solicitou ao Banco Central autorização para resgate total antecipado, no valor de US\$100.000, referente à dívida subordinada emitida em 22 de julho de 2020, ao qual compõe o PR de nível II. Em 5 de dezembro de 2025, o Banco Central autorizou o resgate solicitado e, em 15 de janeiro de 2026, o Banco pré liquidou a dívida. Tal operação não impactou os limites operacionais do Banco.

b) BNP Paribas Brasil DTVM Ltda.

Em 2 de março de 2026, foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil de autorização para funcionamento da Companhia.

c) Liquidação antecipada operações de cliente em recuperação judicial

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco BNPP Paribas Brasil SA detinha operações de instrumentos financeiros derivativos, com uma empresa de grande porte que recentemente declarou recuperação extrajudicial, que estavam à época registrados a valor justo no resultado. Por conta desse evento ocorrido em Março de 2026, a pedido da empresa, esses instrumentos financeiros tiveram seu vencimento antecipado e parcialmente liquidados, cujo saldo remanescente a receber está sendo negociado no âmbito da recuperação extrajudicial declarada pela empresa.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 | Torre Sul - 10º andar

São Paulo / SP | CEP: 04543-907

+55 11 3841-3100 | +55 11 2360-3100



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança